

Gostaria, antes de tudo, de expressar minha satisfação em retornar a Oxford e em falar para uma audiência amiga e interessada na visão que se tem no Brasil da realidade internacional.

Quero partilhar com vocês algumas impressões sobre fenômeno que me parece característico da cena contemporânea.

Refiro-me ao descompasso entre economia e política, entre a interdependência crescente dos mercados e a ausência continuada de mecanismos efetivos de governança em escala global.

Costumo dizer que a economia está globalizada, mas a política não.

Se a transnacionalização dos processos produtivos e a expansão dos fluxos financeiros e comerciais parecem ter chegado para ficar, o mundo continua a carecer de atualização da estrutura de deliberação e coordenação política criada no imediato pós-guerra.

Sei bem que não se trata de uma situação estática. Ocorreram desdobramentos dignos de registro nos últimos anos.

Lembro a criação do Grupo dos 20, foro que me parece representativo o suficiente para assumir função de maior envergadura no acompanhamento e eventual regulação da economia mundial.

Poderia mencionar, ainda, os mecanismos informais que foram criados para discutir novos modelos de acomodação entre o papel do Poder Público e a ação do mercado, como os encontros da progressive governancy, reunindo lideranças socialdemocratas do mundo desenvolvido e de países emergentes.

Mas o fato é que, malgrado essas iniciativas pontuais, observa-se um claro hiato entre as transformações em curso nos padrões de produção e circulação de riquezas e o passo lento com que se buscam aprimorar os instrumentos políticos de supervisão e controle.

Não há como ignorar o grau de exposição das administrações nacionais à desenvoltura praticamente absoluta das forças de mercado.

Se me coubesse singularizar uma causa comum de instabilidade das contas nacionais ao redor do mundo, apontaria a movimentação desordenada e irracional do capital financeiro.

Não foram poucas as ocasiões em que ressaltei a importância de se discutir mecanismo normativo que conferisse maior previsibilidade à movimentação do capital de curto prazo.

Cheguei a propor também o fim dos paraísos fiscais, fonte não apenas de especulação financeira, mas de evasão tributária, corrupção e lavagem de dinheiro.

Meu apelo encontrou algum eco, ainda que limitado. Sei que a Cepal tem elaborado textos contundentes a respeito do fenômeno especulativo e de seus efeitos sobre a América Latina.

Também me satisfaz perceber que ex-funcionários graduados do sistema de Bretton Woods, como Joseph Stiglitz, manifestam-se a favor de uma renovação das instituições financeiras multilaterais.

Bastaria, na verdade, como sugere Stiglitz, que condições fossem geradas, para que o arcabouço montado em Bretton Woods resgatasse sua finalidade original.

O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, foi criado para assegurar estabilidade à economia mundial, e não para manter-se impassível diante de desdobramentos reconhecidamente nocivos às economias emergentes.

O Banco Mundial, por sua vez, nunca foi dotado dos recursos necessários para fazer jus ao papel de promotor ativo do desenvolvimento.

E o que dizer do plano comercial? A Organização Mundial do Comércio tem se revelado à altura da tarefa de corrigir as assimetrias que ainda persistem nas trocas de bens e serviços entre os Estados?

Essa tem sido a firme expectativa do Governo e da sociedade brasileira, em relação à rodada de negociação cujos fundamentos foram definidos, e bem definidos, em Doha.

É chegado o momento de a OMC suprir a maior lacuna da Rodada Uruguai do GATT: a desagravação tarifária e não-tarifária do comércio agrícola.

Se há um pleito recorrente na diplomacia econômica brasileira, é exatamente o da reivindicação por maior acesso aos mercados agrícolas europeu e norte-americano. O pleito tem sido apresentado na OMC, mas também nas tratativas com a União Européia e no plano hemisférico.

São negociações importantes e igualmente complexas, em que não cabe preferência. Encontramos obstáculos em ambas as frentes, mas também são vastas as potencialidades de ganho, tanto de um lado, como do outro.

O Brasil assumiu há pouco em Quito, ao lado dos Estados Unidos, a co-presidência das negociações da Alca.

Posso dizer que meu sucessor herdará uma base consistente para a defesa de uma integração hemisférica justa e simétrica.

Apresentei, na Reunião de Cúpula de Quebec, expectativas caras à sociedade brasileira quanto aos objetivos maiores do acordo. Insisti sobre a necessidade de que a Alca atenda, de maneira equilibrada, aos anseios de todo o hemisfério.

Nas deliberações realizadas até o momento, porta alguma foi fechada à afirmação dos interesses nacionais, nas diferentes áreas de negociação. Pelo contrário, os termos e o cronograma negociados permitem ampla latitude de ação aos futuros negociadores.

Estou certo de que o Brasil continuará a assumir, de forma plena, esse desafio.

Tenho afirmado que soberania não existe para ser proclamada, mas sim para ser exercitada, com naturalidade, firmeza e persistência, sem

esquecer de atribuir a devida importância ao fato de que, quanto mais progredirmos nas negociações externas, mais espaço o País terá para a afirmação de suas potencialidades.

O Brasil há de aproveitar as possibilidades abertas pelo comércio exterior para a geração de divisas, renda e empregos, sobretudo agora que a estrutura montada ao longo dos últimos anos para a promoção do comércio exterior começa a produzir resultados mais vultosos, como indica a estimativa de que o saldo da balança comercial em 2002 ultrapasse o patamar de 10 bilhões de dólares.

A persistirmos nesse rumo, como tudo leva a crer que faremos, os ganhos serão certos.

Recorrendo a dados apresentados pelo economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, em recente conferência ibero-americana, lembro que, nos anos noventa, os países que aumentaram seu comércio exterior conseguiram crescer a uma taxa média de 5% por ano. Já os países que não incrementaram suas trocas tiveram um crescimento médio negativo de 1%.

Quanto ao impacto do comércio exterior sobre o bem-estar social, os dados apontam que a única região do mundo onde se observou uma queda acentuada da pobreza na última década foi o Sudeste Asiático, onde é maior a participação do comércio na renda nacional.

No mesmo diapasão, as estimativas do Banco Mundial indicam que a liberalização multilateral do comércio asseguraria, na América Latina e no Caribe, até 2015, que o número das pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia cairia em 40 milhões. Isso corresponde ao dobro do que ocorreria na ausência do esforço liberalizante.

São números por demais eloqüentes para que se insista em uma inserção competitiva do País na economia internacional.

Isso passa não apenas pelas negociações na OMC, na Alca ou com a União Européia, mas também pelo aprofundamento do Mercosul e pelas iniciativas em curso com a Comunidade Andina, o México e a América Central – para não falar dos entendimentos já encetados com a África do Sul, China, Índia e Rússia.

O universalismo sempre foi o método por excelência da ação externa brasileira. Somos fadados à diversidade, por conta de nossa história e formação. Daí o empenho do Brasil em defender o multilateralismo.

Defendemos desde sempre as Nações Unidas como guardiã legítima da paz e da segurança internacional.

Acolhemos a convergência de posições no Conselho de Segurança sobre a questão do Iraque e temos plena confiança de que os objetivos da comunidade internacional serão alcançados por meios pacíficos e negociados.

A democratização dos mecanismos de decisão é um pleito maior de nossos tempos.

Representatividade é condição de legitimidade, mas também de eficácia. Quanto mais representativo for o sistema decisório, maior será sua capacidade de assegurar o consentimento daqueles a que se destinam suas normas.

As Nações Unidas teriam muito a ganhar com a reforma e com a ampliação do Conselho de Segurança, bem como com uma presença ainda mais ostensiva em temas de interesse inadiável para a sociedade internacional, como direitos humanos e meio ambiente.

O Brasil já se tornou parte do Tribunal Penal Internacional, que esperamos iniba de vez a reedição das práticas abomináveis do genocídio e das limpezas étnicas.

Nada justifica que prevaleça, no campo da proteção internacional dos direitos humanos, a regra de dois pesos e duas medidas. A lei deve ser igual para todos, independentemente de toda e qualquer consideração de poder. O mesmo se aplica aos instrumentos de proteção do meio ambiente.

O Brasil tem procurado concorrer para que o Protocolo de Quioto conte com a mais ampla e necessária participação da comunidade dos Estados.

Desdobramentos como o TPI e os acordos ambientais nos animam a cogitar da possibilidade de um novo contrato internacional, amparado não na lógica da supremacia, mas em uma nova ética, a da solidariedade.

Um contrato que seja sensível aos anseios dos novos atores na dinâmica internacional, a começar pelos movimentos sociais, mas que também reconheça a indispensável mediação dos Estados nacionais, instâncias que talvez ainda melhor reflitam a soberania popular.

O importante, de todo modo, é que a comunidade internacional saiba congregiar esforços para a perseguição de ideais maiores, sem prejuízo do pluralismo de culturas, valores, percepções.

Afinal de contas, parece-me imprópria a alegada antinomia entre temas transnacionais e diversidade cultural.

Quanto mais nos aproximarmos da realização de princípios universais, como o primado da pessoa e o desenvolvimento sustentável, menos óbices haverá de existir para o pleno florescimento das especificidades locais.

O Brasil está credenciado a contribuir para fazer vingar essa nova utopia. Traz um Estado cada dia mais poroso e atento aos reclamos sociais e comporta uma sociedade civil com capacidade crescente de crítica e mobilização.

Sei que este país trilha a mesma senda.

Que saibamos continuar a caminhar juntos na construção de um mundo mais próspero e fraterno, onde a felicidade geral seja compreendida como a felicidade de todos e de cada um.

Que saibamos continuar a trabalhar juntos pela afirmação de uma governança global democrática.

Muito obrigado.